



ACÓRDÃO Nº542/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12188/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant - FMPS.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Suzana Farias de Araújo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1473/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant - FMPS. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – FMPS, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Suzana Farias de Araújo**, Diretora Presidente à época, com fulcro no art. 1º, inciso II, e art. 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o art. 5º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 10.2. **Dar quitação à Sra. Suzana Farias de Araújo**, Diretora Presidente do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – FMPS, no exercício de 2017, nos termos dos arts. 24 da Lei nº 2423/1996 – LOTCE, c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE;
- 10.3. **Determinar** à atual gestão do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – FMPS que:
 - 10.3.1. Tome as providências necessárias para que sejam encaminhados, no prazo estabelecido pela legislação específica, as informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais do RPPS e o



ACÓRDÃO Nº542/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses à Secretaria de Previdência, conforme esclarecido no item 2 do voto;

10.3.2. Envide esforços para a completa regularização das pendências quanto ao não repasse das contribuições previdenciárias devidas ao BCPREV, exercício 2017, referente à contribuição do ente federativo (município de Benjamin Constant), no valor de **R\$ 185.907,68** (cento e oitenta e cinco mil e novecentos e sete reais e sessenta e oito centavos), e quanto às contribuições previdenciárias devidas ao BCPREV, exercício 2017, referente ao pagamento do auxílio doença, no valor de **R\$ 17.340,54** (dezessete mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos), conforme esclarecido nos itens 3 e 4 do voto;

10.3.3. Tome as providências necessárias para que o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA seja encaminhado no prazo estabelecido pela legislação específica à Secretaria de Previdência, e faça a reavaliação atuarial em cada exercício financeiro, conforme disposto nos itens 5 e 6 do voto;

10.3.4. Proceda ao seu dever de levantamento dos valores recebidos indevidamente, identificação do responsável e execução da cobrança administrativa ou judicialmente do recebimento pós óbito do benefício previdenciário da ex-segurada falecida, **Sra. Terezinha de Souza Cobos**, de acordo com o esclarecido no item 7 do voto;

10.4. Determinar à SEPLENO que:

10.4.1. Extraia cópia do voto e deste Acórdão e encaminhe a SECEX para que inclua no escopo da próxima Comissão de Inspeção, designada para auditoria *in loco* no Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant, a averiguação acerca do cumprimento das determinações registradas acima, nos subitens 3.1 à 3.4;

10.4.2. Adote as providências do art. 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº542/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral